

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
Assessoria Jurídica

**Parecer n.º 51/2014-NSAJ/FUNPAPA**

Processo n.º 47/2013.

Assunto: Análise de minuta do edital do Pregão Eletrônico SRPN xxx/2013.

Versam os presentes autos sobre procedimentos para a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **“MENOR PREÇO”** por **ITEM** destinado a contratação de empresa especializada para o **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS**.

Informou o Serviço de Nutrição desta Fundação que a pauta de gêneros alimentícios da FUNPAPA foi desmembrado em perecíveis, por solicitação da SEGEP, resultado desta forma na licitação apenas dos não-perecíveis.

Justifica-se o pleito para atender a solicitação da Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA visando atender a demanda das suas diversas unidades, proporcionando um melhor atendimento às pessoas que procuram os serviços do órgão, bem como melhores condições de trabalho aos servidores.

Após o alerta deste Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos (NSAJ), foi dado o autorizo da Presidência para abertura do procedimento licitatório, bem como sua aprovação quanto ao Termo de Referência (fls.29).

Consta nos autos ainda a Dotação Orçamentária (fls.27).

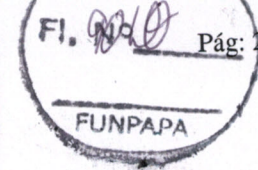
Apresenta referida minuta do edital os seguintes anexos:

- Anexo I: Termo de Referência
- Anexo I-A: Especificações e Valor Máximo Admissível;
- Anexo I-B: Local de Entrega e Unidades da FUNPAPA;
- Anexo II: Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo III: Ata de Registro de Preços
- Anexo IV: Minuta de Contrato;
- Anexo V: Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM  
FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII  
Assessoria Jurídica



- Anexo VI: Modelo de Declaração de que não emprega menor;
- Anexo VII: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Participação na Licitação
- Anexo VIII: Modelo de Declaração Autorizando a PMB para investigações complementares;
- Anexo IX: Modelo de Declaração de Fidelidade e Veracidade dos Documentos Apresentados;

Vieram os autos para análise e manifestação quanto a Minuta do Edital e seus Anexos.

**É o relatório.**

**Passamos à análise.**

Inicialmente, cumpre registrar que o Pregão foi criado pela Lei 10.520/2002, sendo modalidade de licitação válida para todas as esferas federativas e utilizada para contratação de bens e serviços comuns.

Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Art.1º, Parágrafo Único da Lei 10.520/2002).

Assim, bens e serviços comuns são aqueles cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

Nessa modalidade, não há limite quanto ao valor, podendo qualquer quantia ser licitada.

Sobre a atuação da Assessoria Jurídica no presente procedimento, destaque-se o que dispõe a Lei 8666/93:

**Art.38. (...)**

**Parágrafo único.** *As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.*

Deve-se destacar que nesses casos, a consulta à assessoria jurídica é obrigatória, porém o seu parecer não é vinculante, podendo a Autoridade Administrativa dele discordar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM  
FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII  
Assessoria Jurídica

Tal situação já foi bem delineada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de seu Tribunal Pleno (MS 24631, Rel. Joaquim Barbosa, j.09/08/2007), nos seguintes termos:

*I. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídica deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir.*

Nota-se, assim, que o presente parecer não tem caráter vinculante e sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior, mas apenas incorpora sua fundamentação.

Acerca do procedimento licitatório escolhido, qual seja, o Pregão Eletrônico, deve-se destacar o Decreto Municipal 75.004/2013, do Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, que assim dispõe:

**Art. 5º** *Em face da padronização e buscando a economia de escala, os procedimentos previstos no artigo 1º deste Decreto, destinados à aquisição de bens ou contratação de serviços necessários e comuns à universalidade dos órgãos e entidades da administração direta, indireta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, em presas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta e indiretamente pelo Município, relacionados de forma exemplificativa no Anexo I, serão processados e julgados pela Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), preferencialmente por sistema de registro de preços na modalidade Pregão ou Concorrência, na forma presencial ou eletrônica, conforme o caso. (grifei)*

No mais o Decreto Municipal nº 47.429/2005, assim dispõe:

**Art. 3º** *Os contratos celebrados pelo Município, para a aquisição de bens e serviços comuns, a exemplo dos especificados no Anexo I, mas não se limitando, serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica, destinada a garantir, por meio de disputa*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM  
**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**  
Assessoria Jurídica

*justa entre os interessados, a compra mais célere, econômica, segura e eficiente.*  
(grifei)

É de se dizer que de acordo com o regramento municipal, os contratos celebrados pelo Município devem seguir preferencialmente o sistema do pregão eletrônico. No mais, as situações em que a utilização do pregão é autorizada não se exaure naquelas citadas em referidas leis, sendo, pois, tão rol, meramente exemplificativo.

No caso, no entanto, a aquisição de gêneros alimentícios é prevista expressamente como bem a ser adquirido através de pregão na modalidade eletrônica (Anexo I, item 1.4. Decreto Municipal 75.004/2013).

Da análise da minuta edital, especialmente seu Anexo I e I-A, nota-se que os produtos objeto do certame foram especificados de forma objetiva, consoante os termos usuais de mercado, sem indicação de marca, ajustando-se, portanto, ao conceito de serviço comum definido no art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002, o que permite a adoção da licitação na modalidade de pregão.

Ante o exposto, manifesta-se este Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos pela possibilidade de licitar o objeto desejado através de pregão eletrônico, bem como favoravelmente aos termos da minuta do edital e seus anexos

É de se destacar que por determinação legal, os procedimentos licitatórios serão processados e julgados pela Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão-SEGEP (art.5º, do Decreto nº75.004/2013), pelo que, após a finalização do feito no âmbito desta Fundação deve o mesmo ser enviado para referida secretaria para realização dos procedimentos necessários a realização da licitação.

Sugerimos ainda o encaminhamento do presente processo ao Controle Interno desta Fundação para verificação de conformidade.

É o parecer.

À apreciação superior.

Belém, 28 de janeiro de 2014.

*Mauro Emim*  
Consultor Jurídico  
NSAJ/FUNPAPA/PMB

*De acordo*  
*30/01/2014*  
*Regina Helena B. Pereira*  
Diretora Jurídica  
OAB/PA 4703  
AJUR / FUNPAPA / PMB